



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito/ Curso de Bacharelado em Relações
Internacionais

Pedro Gomide Castanheira Falcão

A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA INGLESA NA DIPLOMACIA CULTURAL

**Brasília-DF
2021**

Pedro Gomide Castanheira Falcão

A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA INGLESA NA DIPLOMACIA CULTURAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao UNICEUB como requisito
para a obtenção do título de Graduado em
Relações Internacionais, sob orientação
do Prof. Lucas Soares Portela.

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador

**Brasília-DF
2021**

AGRADECIMENTOS

À minha família, que de todos os modos contribuiu para que eu chegasse até esse ponto da minha vida.

Aos meus amigos, que suportaram a minha ausência durante o meu período de estudo.

Aos meus professores e orientadores, que deram sua parcela de contribuição para minha educação.

Ao meu grupo de amigos, carinhosamente apelidado de “clã” que sempre me fizeram sorrir e encarar os problemas da melhor forma.

Dedico este trabalho aos meus familiares, responsáveis pela minha felicidade; aos meus professores, que estiveram comigo durante o meu período de estudo; a todos aqueles que contribuíram para o meu sucesso nesta vida. A todos vocês, minha mais sincera demonstração de gratidão.

“No século XX, nenhum país influenciou as relações internacionais de maneira tão forte - e ao mesmo tempo tão ambivalente - como os Estados Unidos. Nenhuma sociedade foi tão firme em não admitir intervenções nos assuntos internos de outros estados, mas sustentou com mais fervor que seus próprios valores têm aplicação universal. Nação alguma foi mais pragmática na conduta diplomática do dia a dia, nem mais ideológica nas convicções morais. País nenhum relutou mais em engajar-se no exterior, enquanto fez alianças e assumiu compromissos de alcance e amplitude sem precedentes” (KISSINGER, 2012).

RESUMO

A diplomacia como forma de resolução de problemas é uma realidade mundial. Nações a usam de modo a manter o controle sobre o que possuem, e ainda conquistar coisas que desejam. Por meio da diplomacia, negociações são feitas de forma bilateral ou unilateral, e todos buscam o benefício oferecido por tais atividades. Algumas nações usam o poder duro (*hard power*) para realizar as suas conquistas, enquanto outras preferem o poder suave (*soft power*) para atingir os seus objetivos. E ainda há aqueles que preferem o *smart power*. No passado, a língua mais influente usada nesses tratos era o francês, considerada a língua diplomática, mas com o tempo, passou-se a utilizar a língua inglesa como língua comum. Mesmo quando tais reuniões diplomáticas sejam realizadas em outro idioma, a língua inglesa se faz presente, tornando-a uma necessidade. Sua utilização cresceu com o tempo e passou a ser utilizada nos meios diplomáticos e culturais. Este trabalho tem como objetivo apontar para o modo em que a língua inglesa afeta a diplomacia e suas diversas formas existentes no mundo inteiro, em especial abordando os elementos da chamada diplomacia cultural.

Palavras-chave: Diplomacia. Cultura. Língua inglesa. Projeção de Poder

ABSTRACT

Diplomacy as a way of solving problems is a global reality. Nations use it in order to maintain control over what they have, and still achieve things they desire. Through diplomacy, negotiations are carried out bilaterally or unilaterally, and everyone seeks the benefit offered by such activities. Some nations use *hard power* to achieve their conquests, while others prefer *soft power* to achieve their goals. And there are still those who prefer *smart power*. In the past, the most influential language used in these dealings was French, considered the diplomatic language, but over time, English was used as a common language. Even when such diplomatic meetings are held in another language, the English language is present, making it a necessity. Its use grew over time and came to be used in diplomatic and cultural circles. This work aims to point out the way in which the English language affects diplomacy and its various forms existing all over the world, especially addressing the elements of the so-called cultural diplomacy.

Keywords: Diplomacy. Culture. English language. Power Projection

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A DIPLOMACIA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO	10
1.1. O Poder	13
1.2. Diplomacia <i>soft power</i> , <i>hard power</i> e <i>smart power</i>	14
2. DIPLOMACIA CULTURAL	21
3. A LINGUEM E A DIPLOMACIA CULTURAL	27
3.1. A escolha de um idioma no mundo diplomático	30
3.2. A ascensão da língua inglesa na Diplomacia	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

A busca pelo poder é historicamente constante nas relações entre Estados. Nenhuma nação deseja perder o seu poder de fogo e sua autonomia, de tomar suas decisões perante outras. A manutenção da soberania é um assunto primordial para o mundo inteiro e as ferramentas usadas para esse fim são variadas, cada país usando os recursos que possui.

Alguns países usam a força bruta e armamentos, como demonstração do chamado *hard power* e forma de se estabelecer no cenário mundial. Outros países, por não terem condições de enfrentar grandes nações por meio de força bruta, usam ferramentas mais modernas, de cooptação, de atração, dentro do conceito de *soft power*. Ainda indo mais longe, utilizam o que é hoje conhecido como *smart power*, que une as duas formas de convencimento.¹

Nesse cenário, a língua ou a linguagem detém grande importância. Ela se torna mais poderosa quando entendida por uma comunidade mais ampla do que apenas por pessoas mais próximas. O poder cresce quando permite a comunicação para um grupo mais abrangente de pessoas. Quanto mais poderoso o domínio de uma linguagem, mais independente o agente se torna. A linguagem não é apenas um componente-chave da comunicação, é também um aspecto-chave da identidade. As palavras que compõem a escolha do discurso apresentam valores que refletem parte significativa do que é o emissor.

A língua inglesa participa deste cenário de poder de forma atuante por vários motivos. No mundo moderno, mais e mais empresas, publicações e meios de comunicação se esforçam para ter seus conteúdos traduzidos de várias outras línguas para o inglês, sabendo que isso lhes permitirá atingir um público ou clientela mais ampla.

Em outras palavras, o Inglês tem poder, seja ele financeiro, político e cultural. Em todo o mundo, as pessoas que falam geralmente desfrutam de maiores oportunidades e opções do que aquelas que não falam. As empresas que o utilizam podem se expandir internacionalmente a uma extensão que de outra forma não seria

¹ *Hard power* é o uso de meios militares e econômicos para influenciar o comportamento ou os interesses de outros corpos políticos. O *soft power* envolve moldar as preferências dos outros por meio de apelo e atração. *Smart power* refere-se à combinação de estratégias de *hard power* e *soft power*.

possível. Embora fosse possível passar horas discutindo as vantagens e desvantagens dessa realidade, o fato é que atualmente esse idioma é indiscutivelmente a língua mais poderosa do mundo.

Alguns perguntariam por que o inglês e não outro idioma, a resposta está relacionada com poder. O idioma reflete a cultura e, neste caso, o poder do idioma também reflete o poder de certos países. Até há relativamente pouco tempo, o Reino Unido detinha as rédeas do maior império do mundo, com colônias espalhadas por todo o globo. Sua capacidade industrial superior significava que eles foram capazes de conquistar novos territórios e impor suas próprias normas culturais, leis, religião e idioma. Como resultado, o inglês encontrou seu caminho em quase todos os cantos da terra, carregando o estigma de língua de uma “civilização” poderosa.

Este trabalho de conclusão de curso tem como Objetivo Geral apontar para o modo em que a língua inglesa afeta a diplomacia e suas diversas formas existentes no mundo inteiro. Para tal, o problema da pesquisa escolhido foi responder por que a língua inglesa, e não outro idioma, detém essa posição de influência na questão da diplomacia cultural. Por fim, o presente trabalho se divide em três partes. Na primeira será apresentada uma visão da Diplomacia como forma de comunicação. A segunda parte tratará da diplomacia cultural, e a terceira parte abordará o poder da linguagem, abrangendo-se aqui a língua inglesa, sobre a diplomacia cultural.

1. A DIPLOMACIA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Cada vez mais o mundo atual se torna pequeno e conectado. É a globalização se fazendo presente, no que Peter Singer (2002) chamou em seu livro de “Um só Mundo”. Tudo o que acontece em uma parte deste pode afetar outra, podendo ser de forma leve ou mais agressiva. Nações se tornaram mais dependentes uma das outras, e dessa forma, precisam estar em constante contato para que, juntas, possam resolver seus problemas. Mas a solução não vem fácil. A questão da soberania faz com que cada nação tente proteger aquilo que é seu, que há de melhor, contra a interferência ou invasão de outros, reflexo da Ética Internacional.²

Os acordos não acontecem sem esforço. Kissinger (2012) assim destaca essa necessidade de controle:

Como por força de alguma lei natural, parece que em cada século surge um país com poder e vontade, ímpeto intelectual e força moral para moldar todo o sistema internacional aos seus próprios valores. No século XVII, a França do cardeal Richelieu introduziu a maneira moderna de tratar as relações internacionais, baseada no estado-nação e tendo os próprios interesses nacionais como objetivo permanente. No século XVIII, a Inglaterra criou o conceito de equilíbrio de poder, que dominou a diplomacia européia nos 200 anos seguintes (KISSINGER, 2012, p. 17).

Cada país, então, em busca de estabelecer seu poder, passa a controlar o cenário mundial com alguma característica sua. No caso da França, os interesses da nação estavam à frente, e esta manutenção de poder foi seguida pela Inglaterra, que buscava controlar o poder obtido pelo país francês, e depois pela Alemanha de Bismarck, que reconduziu a diplomacia ao jogo da política de poder a sangue-frio.

Essa busca de poder continuou passando para outros países. A posição de maior país do mundo, que todos almejavam, sempre esteve aliado ao controle de alguma coisa interessante ao mundo, mas que apenas aquele país possuía, e que era predominante. Kissinger (2012) continua destacando que houve outros países que entraram nesse cenário.

No século XX, nenhum país influenciou as relações internacionais de maneira tão forte - e ao mesmo tempo tão ambivalente - como os

² De acordo com Peter Singer (2002), a Ética Internacional consiste na ética estatal dos séculos XIX e XX, em que o Estado privilegia seus nacionais e seus assuntos em detrimento dos demais, sem considerar os custos próprios que o ato de “fechar os olhos” pode provocar.

Estados Unidos. Nenhuma sociedade foi tão firme em não admitir intervenções nos assuntos internos de outros estados, mas sustentou com mais fervor que seus próprios valores têm aplicação universal. Nação alguma foi mais pragmática na conduta diplomática do dia a dia, nem mais ideológica nas convicções morais. País nenhum relutou mais em engajar-se no exterior, enquanto fez alianças e assumiu compromissos de alcance e amplitude sem precedentes (KISSINGER, 2012, p. 18).

E assim, o que se percebe é que os valores de cada país são reforçados ao passo em que estes tentam criar e reforçar a sua própria soberania. No caso dos Estados Unidos, a proteção à sua soberania se faz de forma fervorosa, como reforçou Kissinger (2012). A diplomacia é um dos caminhos para quem persegue esse propósito. Porém, é preciso entender o que de fato é essa atividade. Ainda mais, entender que a questão de porquê estudar diplomacia é inseparável da questão mais ampla do que é diplomacia.

O que se entende como diplomacia é importante não apenas por seu significado intrínseco, mas também porque dar uma definição de diplomacia é definir os limites do campo dos estudos diplomáticos: o que conta como parte dos estudos diplomáticos e, portanto, por extensão, o que não faz parte do escopo dessa atividade, afinal, conforme Kissinger (2021, p.20) “os primeiros usos modernos da diplomacia estavam amplamente relacionados com um processo: a arte da negociação e como usá-la de maneira eficaz para atingir os objetivos do Estado”.

Mas, no século XX, ficou claro que não apenas os processos de negociação, mas os atores que as negociavam - nação - Estados e seus representantes - eram objetos cruciais do estudo da diplomacia. Hoje, compreender o que o estudo da diplomacia abrange requer não apenas um senso claro dos objetos de estudo, mas também um senso sólido do que a diplomacia não é.

Se há a percepção da diplomacia como uma lente ou prisma distinto através do qual se entendem as interações globais de forma mais ampla, pode-se distinguir entre ver essas interações através dessa lente particular e ver as mesmas interações através de outro tipo de lente, como a da análise de política externa.

De particular importância é a distinção entre estudos diplomáticos e análise de política externa. O estudo da diplomacia difere significativamente do estudo da política externa, no sentido de que a política externa é geralmente analisada da perspectiva do Estado ou

de outro ator envolvido em sua formulação e execução (KISSINGER, 2012, p. 22).

Por meio da diplomacia são obtidos acordos entre países que precisam cooperar para produzir resultados nos quais cada um tenha interesse. Convencionalmente equiparada à negociação para resolver conflitos, a diplomacia é amplamente considerada como uma alternativa à guerra - e a guerra como um fracasso da diplomacia.

Entretanto, Lafer (2018) destaca que a diplomacia também pode assumir a forma de interação não adversária para obter os melhores resultados em um projeto comum, e que, embora a diplomacia em si seja principalmente um processo de negociação não violento, pode envolver incentivos que agregam valor ou coercitivos, com os últimos às vezes incluindo ameaças, até mesmo a aplicação de força, para afetar as avaliações dos participantes sobre os benefícios e custos de aceitar ou rejeitar arranjos específicos.

As regras e rituais da diplomacia não são independentes, mas constituem um subsistema das relações políticas internacionais prevalecentes durante uma determinada era. Dessa forma, a diplomacia evoluiu de um sistema de manobras e negociações secretas pelas monarquias para a diplomacia pública e a democracia em que a política externa é uma continuação da política interna (LAFER, 2018, p.120).

A diplomacia também apresenta esforços de governos, organizações internacionais e atores não governamentais para afetar as condições em outros países. A construção de coalizões internacionais e transnacionais bem-sucedidas tornou-se o requisito mais importante para uma diplomacia eficaz. Como qualquer outra forma de governo, a diplomacia se esforça para ter sucesso. Suas realizações são medidas ao longo de diretrizes predeterminadas e são julgadas pelo valor dos objetivos que alcançou ou deixou de realizar. A política externa pode ter sucesso, apesar dos fracassos diplomáticos.

Entretanto, o idioma ou a linguagem é um dos instintos mais básicos. Desde o nascimento, os humanos se comunicam, primeiro para sobreviver - para garantir que as necessidades sejam atendidas. Mas a uma velocidade surpreendente, a comunicação é refinada em linguagem, uma das características que definem os seres humanos.

Os estudos de diplomacia geralmente se concentram na mensagem, e não nos meios. No entanto, o exame do uso da linguagem na diplomacia pode levar a um melhor entendimento de como a diplomacia funciona e por que alguns processos diplomáticos são mais bem-sucedidos do que outros. Por meio de atenção cuidadosa e crítica a vários aspectos da linguagem diplomática, pode-se melhorar a compreensão das mensagens explícitas e implícitas que os líderes mundiais e outras figuras políticas enviam, e melhorar a capacidade de comunicação da maneira mais eficaz e apropriada.

1.1. O Poder

Os governos há muito reconheceram a necessidade de projetar poder no exterior. A capacidade de fazer isso permite que os estados promovam seus interesses - econômica, militar, territorial e politicamente. No entanto, é cada vez mais reconhecido pelos governos que as formas tradicionais de incentivo e castigo já não são suficientes por si mesmas. Simplificando, a dura realidade em uma era de austeridade é que os custos econômicos de desembolsar ajuda financeira e/ou manter, quanto mais implantar, capacidades militares, estão tornando essas opções cada vez menos atraentes e impraticáveis. Segundo Lebrun (2017, p. 32) “os custos financeiros e políticos às vezes são tão grandes que ambas as opções se tornam inviáveis”. Portanto, não é surpreendente que os governos estejam buscando formas alternativas - embora mais baratas - de projetar poder, especialmente em regiões frágeis e hostis no exterior.

Uma das definições mais influentes de poder no campo das ciências sociais pertence a Max Weber que, segundo Lebrun (2017), o definiu como um jogo de soma zero e é um atributo que deriva das qualidades, recursos e capacidades de um sujeito”. No entanto, esta definição atraiu comentários de vários críticos, segundo os quais “Weber não definiu poder, mas sim, forneceu a base para uma comparação entre os atributos dos atores” (LEBRUN, 2017, p. 34).

No século 21, o mundo está passando por uma transformação crítica, com os estados-nação enfrentando sérios problemas políticos e socioeconômicos. Os desafios são globais em sua natureza e afetam as políticas de muitos países. Uma tendência predominante no contexto global de hoje é a preocupação de cada

estado-nação com seu poder e influência. Assim, o poder é a questão central do problema. Sobre isso, afirma Martinelli (2016, p. 66) que o poder “continua sendo um dos temas críticos da ciência política, incluindo a esfera das relações internacionais”.

A ciência das Relações Internacionais incorpora uma série de escolas de pensamento concorrentes, mas, por muito tempo, a disciplina tratou o poder como uma prerrogativa exclusiva do realismo. Na verdade, ainda existe uma tendência entre estudiosos e profissionais de ver o poder predominantemente através de lentes realistas.

Para reiterar, os cinco pressupostos básicos dos realistas sobre o sistema internacional são que ele é anárquico; todas as grandes potências possuem alguma capacidade militar ofensiva; os estados nunca podem ter certeza sobre as intenções de outros estados; a sobrevivência é o objetivo principal dos estados; e os estados são atores racionais (MARTINELLI, 2016, p. 4).

Entretanto, outra forma de conceituar e medir o poder nas Relações Internacionais é por meio da estrutura do ciclo de poder. A teoria do ciclo de poder afirma que a capacidade de um estado de influenciar a política internacional e desempenhar um papel principal é determinada em grande parte por seu estágio de evolução, que envolve um padrão cíclico generalizado de ascensão, maturação e descida. Os teóricos do ciclo de poder afirmam que a concepção de poder, conforme expressa na teoria do ciclo de poder, pode dar conta e explicar o conflito no sistema ou subsistema internacional.

1.2. Diplomacia *soft power*, *hard power* e *smart power*

Uma forma de exercer influência no exterior que tem atraído muita atenção recentemente é o que Joseph S. Nye certa vez descreveu como *soft power*. “O conceito de Nye gerou um interesse considerável entre os governos ocidentais, até porque '*soft power*' é frequentemente visto como 'poder barato'” (OURIVEIS, 2013, p. 170). Segundo Nye (2012), o *soft power* contrasta, mas não conflita com o *hard power*, e envolve conseguir o que se deseja cooptando outros atores, em vez de coagi-los ou induzi-los a agir de uma maneira particular.

Ouriveis (2013) destaca outra parte da definição de Nye, que diz que o *soft power* é a capacidade de atrair pessoas para o lado dele sem coerção, o que

significa que se alguém acredita em algo como sendo legítimo, é mais provável que sejam persuadidos a seguir a liderança de outros sem uso de ameaças e subornos. Logo, o que está no centro do *soft power* são a atração e a atratividade.

O *soft power*, então, é uma forma de moldar as preferências dos outros por meio da atração e, assim, eliminar a necessidade (cara) de ajuda militar ou de desembolso financeiro. Essa definição diz algo sobre como o *soft power* funciona, mas pouco diz sobre os ativos sobre os quais repousa a extensão desse tipo de poder. Santos (2013) destaca o argumento de Nye que,

assim como o *hard power* de um país deriva das capacidades militares e econômicas de um estado, o *soft power* origina-se de ativos específicos. E três itens são identificados, a saber: 'cultura [de um país] (em lugares onde é atraente para os outros), seus valores políticos (quando faz jus a eles em casa e no exterior) e suas políticas externas (quando são vistas como legítimas e com moral autoridade)' (SANTOS, 2013, p. 8).

No entanto, a posse desses ativos, mesmo em abundância, não significa automaticamente que se tenha o potencial de exercer *soft power* sobre outros atores - na verdade, é difícil conceber um estado sem esses ativos. E, no que diz respeito à manutenção do *soft power* em graus variados por diferentes estados, De acordo com Santos, Nye destaca que "esse processo requer uma forma particular de diplomacia, que é a cultural, que envolve a apresentação de recursos de *soft power* da maneira mais atraente possível" (SANTOS, 2013, p. 9).

Contrastando com o poder suave, o *hard power* é especialmente significativo à luz das crescentes tensões geopolíticas, bem como da difusão de poder entre os atores globais. Pode-se diferenciar entre ferramentas de *hard power* e *soft power* nas relações internacionais. Sobre o *hard power*, explicam Isshiki e Miyazaki:

O conceito de *soft power*, ou poder brando é diferente do *hard power*, que consiste na capacidade que os outros façam o que você quer por meio da coerção, muitas vezes relacionadas à força militar e recursos econômicos. Um exemplo de *hard power* seria uma ação militar, e de *soft power* seria uma exportação cultural do país, tais como os desenhos animados japoneses. (ISSHIKI E MIYAZAKI, 2016, p. 42).

O *hard power* pode, por um lado, ser reduzido ao poder coercitivo. É o poder de um estado forçar outro a agir de determinada maneira. Nas palavras de Nye, o *hard power* é “uma capacidade de fazer coisas e controlar os outros, de fazer com que os outros façam o que de outra forma não fariam” (NYE, 1990, pp. 153-171). Esta definição iguala *hard power* com recursos; 'a posse de uma população, território, recursos naturais, tamanho econômico, forças militares e estabilidade política'.

Embora geralmente associado ao poder militar, esse não é seu único domínio. O poder econômico também é uma forma de *hard power*. Na prática, entretanto, nenhum estado jamais desfrutou do monopólio puro do *hard power*, pois a soberania existe em quatro dimensões, a saber, 'vestfaliana, jurídica, doméstica e interdependência'. Sobre estas, Avritzer e Marona (2017) destacam:

A soberania vestfaliana alude à integridade territorial e à capacidade de proteger as fronteiras de invasões externas; jurídico é o reconhecimento legal por outros estados; doméstico refere-se ao policiamento interno, possivelmente incluindo o fornecimento de segurança humana; e a interdependência leva em consideração a capacidade de um estado de controlar o fluxo de suas fronteiras, incluindo o movimento transnacional de pessoas, bens e doenças (AVRITZER; MARONA, 2017, p. 360).

A eficácia das abordagens de *hard power* e *soft power* depende da acessibilidade dos recursos de poder. Grandes Estados como os EUA ou a Rússia com uma renda nacional mais alta são financeiramente capazes de manter grandes forças armadas e de colocar outros estados sob pressão econômica. Para Estados menores, essas ferramentas tradicionais de *hard power* são mais difíceis de obter. A acessibilidade de recursos de *soft power*, entretanto, depende muito menos do tamanho de um estado.

Avritzer e Marona (2017) explicam a importância da natureza dos recursos de *soft power* em sua comparação das estratégias de *soft power* japonesas e chinesas. Enfatizam, por exemplo, que a história da guerra do Japão constitui a principal limitação ao seu poder brando, enquanto o “modelo estatal competitivo e seu sistema político autoritário” da China impedem a plena utilização de seu potencial de poder brando. Dessa forma, os recursos de *soft power* de um estado - como seu

legado histórico e sistema social - determinam a força e, portanto, a eficácia de seu *soft power*.

Outro aspecto importante do continuum hard-soft-power é o tempo. Parece que gerar *hard power* requer muito menos tempo, pois seus recursos são tangíveis. Em contraste, o *soft power* leva relativamente tempo para ser construído à medida que seus recursos intangíveis se desenvolvem por um longo período de tempo (MARTINELLI, 2016, p. 66).

Da mesma forma, a dimensão temporal do ganho de *hard power* e estratégias de *soft power* difere: enquanto a coerção militar ou econômica tende a resultar em um resultado imediato, mas de curta duração, a atração e a persuasão têm a tendência de causar mudanças de longo prazo. Isso se deve a um aspecto inerente do conceito: como o *hard power* força uma pessoa a agir de uma maneira diferente de seu comportamento usual, isso é involuntário. Pelo contrário, o *soft power* muda a atitude de uma pessoa a ponto de agir voluntariamente de uma forma diferente de seu comportamento normal.

Shah (2015) enfatiza que o *hard power* evoca a ação compulsiva, enquanto o *soft power* induz à ação voluntária. Além disso, ele afirma que a compulsão leva ao conflito e à voluntariedade para consentir, o que explica por que as soluções de *soft power* tendem a durar mais do que as soluções de *hard power*. Cita que as medidas repressivas impostas à Alemanha após a Grande Guerra provocaram outra Guerra Mundial, enquanto o poder brando usado para construir a União Europeia resultou em quase 70 anos de paz em toda a Europa.

Entretanto, um dos problemas enfrentados pelo *soft power* é a questão da ambiguidade conceitual em relação aos seus recursos. Existem discrepâncias no que diz respeito à definição de recursos de *soft power*. Para reiterar, os recursos do *hard power* são diretos e simples. Historicamente, o *hard power* foi medido por critérios como tamanho da população, território, recursos naturais, força militar e estabilidade social, segundo destacam Nye e Armitage (2007).

Figura 1: Critérios do *hard power*

<i>Hard power</i>				
Militar	Recursos	População	Geografia	Força econômica

Fonte: Elaboração própria baseada em Nye (2012) e Armitage (2007)

Diferentemente, o poder suave tem recursos mais complexos na natureza e em sua categorização. Funciona como um poder que atrai que tem em seus ativos essa fonte de atração. Nye (2008) destaca que o *soft power* de um país repousa principalmente em três recursos: sua cultura (em lugares onde é atraente para os outros), seus valores políticos (quando faz jus a eles em casa e no exterior) e suas políticas externas (quando são vistas como legítimas e com autoridade moral).

Figura 2: Critérios do *soft power*

<i>Soft power</i>		
Cultura	Valores políticos	Políticas estrangeiras

Fonte: Elaboração própria baseada em Nye (2012) e Armitage (2007)

Entretanto, nos últimos anos, empresas em todo o mundo começaram a buscar ativamente uma responsabilidade social corporativa e, portanto, têm um incentivo para apoiar estratégias de *soft power*. Estas incorporam a responsabilidade social corporativa em suas políticas e processos com base na convicção de que a sustentabilidade ambiental, econômica e social das comunidades faz parte da garantia da sustentabilidade dos negócios a longo prazo.

Buckle (2012, p. 16) aponta que: “usar organizações privadas para conduzir a diplomacia pública pode ser vantajoso, mas que existem pontos fracos como a falta de controle da mensagem transmitida e a dificuldade de estabelecer relacionamentos fora do setor privado”. Porém, há também a questão do imperativo com fins lucrativos versus sem fins lucrativos. E ainda, pode ser difícil controlar onde o setor privado decide investir. No entanto, o setor privado é potencialmente um jogador poderoso que pode ajudar na construção e manutenção do poder brando.

Outra questão que dificulta a promoção do *soft power* é o suporte institucional inadequado para suas pesquisas e atividades. As estruturas burocráticas são frequentemente uma barreira para uma produção eficiente e eficaz de *soft power*. Um desafio significativo dos programas de *soft power* é que eles carecem de integração e coordenação. Nye e Armitage (2007) destacam que, nos EUA, por exemplo, os programas que promovem o *soft power* americano são fragmentados e espalhados por muitas agências e departamentos.

As grosseiras assimetrias entre o panorama institucional do *hard* e *soft power* apontam para a necessidade de revisão do suporte institucional existente para as diferentes formas de poder. No mundo real das políticas públicas, os poderes para coagir e os poderes para persuadir estão espalhados por uma variedade de agências. Wilson (2008) aponta que os simpatizantes do *hard power* são muito mais numerosos, visíveis e poderosos do que as contrapartes do *soft power*.

Entretanto, o que se pode afirmar é que, com efeito, o *soft power* permite a fusão da diplomacia, da defesa e do desenvolvimento na medida em que promove a difusão dos valores sociais e culturais essenciais para o progresso a nível internacional; a criação de redes sociais que facilitem aumentos exponenciais no contato humano e o desenvolvimento da comunicação em nível mundial; o empoderamento das mulheres, ao reconhecer seu poder de promover informalmente a paz, a prosperidade e a segurança; a atividade das organizações civis na mediação de conflitos e no desenvolvimento da paz.

Entretanto, existe uma tendência moderna à utilização do que se conhece como *smart power*, um conceito desenvolvido em 2003 por Joseph Nye e posteriormente adotado por políticos e acadêmicos, que requer a adoção de políticas inteligentes que combinem de forma harmoniosa, e muitas vezes sutil, elementos do *hard power* com ações típicas do *soft power*, permitindo que resultados mais eficazes e bem-sucedidos (BERTONHA, 2017, p. 16).

Este novo conceito valoriza a importância de atuar com inteligência, determinando ações em função de necessidades específicas: contexto nacional e internacional; características culturais, sistema político atual; influências econômicas. No entanto, mais do que qualquer outro modelo anterior, este inclui uma dimensão estratégica, visto que é impulsionado por uma ação que envolve a todos, força a

formação de parcerias em diferentes níveis de intervenção, no conceito de parceiro global, e valoriza diferentes participações.

Seguindo alguns dos princípios do *soft power*, o *smart power* evita algumas das mobilizações massivas de forças militares e segue uma abordagem diplomática para a resolução de conflitos. Cria condições para o desenvolvimento de novas oportunidades e a redefinição de estratégias integradas sustentáveis, pois geram autonomia. Em nível internacional, o conceito de *smart power* parece estar ganhando apoio e chamando a atenção de políticos, acadêmicos e estrategistas.

O principal fator político que influencia a diplomacia é o declínio relativo do papel dos governos nacionais, que enfrentam dura competição de outros atores. Lima Júnior (2017) destaca que o setor privado, grupos religiosos, imigrantes, meios de comunicação e outras entidades da sociedade civil exigem do governo que os seus interesses sejam tidos em consideração e que tenha uma palavra a dizer na formulação e implementação da política externa.

O poder brando de um país é sua capacidade de fazer amigos e influenciar pessoas - não por meio do poderio militar, mas por meio de seus ativos mais atraentes, notadamente cultura, educação, idioma e valores. Em suma, são as coisas que fazem as pessoas amarem um país em vez de temê-lo; coisas que geralmente são produtos de pessoas, instituições e marcas, e não de governos.

2. DIPLOMACIA CULTURAL

A diplomacia é frequentemente considerada como focada em atividades pacíficas, embora possa ocorrer durante a guerra ou conflito armado ou ser usada na orquestração de atos específicos de violência, como buscar autorização de sobrevoo para um ataque aéreo. A indefinição da linha, de fato, entre a atividade diplomática e a violência é um dos desenvolvimentos que distinguem a diplomacia moderna.

De maneira mais geral, há também um conteúdo cada vez maior da diplomacia. De acordo com Barston (2019, p. 16), “em um nível, as mudanças na forma substantiva da diplomacia são refletidas em termos como 'diplomacia do petróleo', 'diplomacia dos recursos', 'diplomacia da logística', 'governança global' e 'diplomacia humanitária’”. Certamente, o que hoje é diplomacia vai muito além da concepção político-estratégica, às vezes bastante restrita, dada ao termo.

Tampouco é apropriado ver a diplomacia em um sentido restritivo ou formal como sendo propriedade dos ministérios de Relações Exteriores e do pessoal do serviço diplomático. Em vez disso, a diplomacia é realizada por uma ampla gama de atores, incluindo diplomatas políticos, conselheiros, enviados e funcionários de uma ampla gama de ministérios domésticos ou agências com seus homólogos estrangeiros, refletindo seu conteúdo técnico. Adicionar uma conexão entre a diplomacia cultural e tradicional.

De acordo com Dumont e Flechet (2014, p.203), “o termo "diplomacia cultural" surge hoje em dia na prática da política externa dos Estados-nação, bem como no discurso cultural”. No entanto, muitas vezes há uma nítida falta de clareza na maneira como a noção é usada, sobre exatamente o que sua prática envolve, por que é importante ou como funciona.

Muito dessa indeterminação decorre da fusão de diplomacia cultural *stricto sensu*, que é essencialmente prática governamental orientada por interesses, com relações culturais, que tendem a ser orientadas por ideais em vez de interesses e é praticada em grande parte por atores não estatais. Dadas as complexidades atuais entre conexões culturais transnacionais e práticas culturais dentro das nações, esse fenômeno deve ser uma preocupação importante das disciplinas culturais. No entanto, até agora, eles prestaram pouca atenção à

diplomacia cultural como um componente-chave do panorama da política cultural contemporânea (DUMONT; FLECHET, 2014, p. 204).

A diplomacia cultural também é vista como a troca de ideias, informações, arte e outros aspectos da cultura entre as nações e seus povos, a fim de promover o entendimento mútuo. Afirma-se que a cultura é todo o complexo de aspectos espirituais e materiais distintos, características intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social, incluem não apenas artes e letras, mas também modos de vida, direitos humanos fundamentais, sistemas de valores, tradições e crenças. Segundo Santos (2017, p. 15), cultura consiste em “linguagem, ideias, crenças, costumes, tabus, códigos, instituições, ferramentas, técnicas, obras de arte, rituais, cerimônias e símbolos.”

Cada cultura representa um corpo de valores único e insubstituível desde as tradições de cada povo e as formas de expressão são seus meios mais eficazes de demonstrar sua presença no mundo. A cultura é tanto uma função quanto uma fonte de identidade. A linguagem é a característica mais saliente da cultura de um povo. É a mais característica inerente de uma nação.

não há outra maneira, mais direta, mais substancial, não mais curta de conhecer um povo do que aprendendo sua língua. A linguagem de um povo é a maneira como ele concebe, classifica e expressa o mundo. Cada língua nacional é outra taxonomia do mundo, outra abordagem, um total de escolhas que dão um valor distinto a cada língua, o valor da expressão coletiva de uma nação inteira (SANTOS, 2017, p. 15).

Enquanto na última década e meia houve um grande interesse pelo tema - e a rubrica mais ampla da diplomacia pública - entre os especialistas em relações internacionais, com ênfase na evolução da chamada 'nova diplomacia pública', falta uma análise crítica das perspectivas de Estudos Culturais, Estudos de Política Cultural ou Sociologia Cultural. Não se quer dizer aqui com crítico simplesmente uma postura de desprezo, mas uma análise rigorosa e teoricamente informada que localiza práticas de diplomacia cultural realmente existentes dentro de seus contextos sociais, políticos e ideológicos e examina as formas complexas e às vezes contraditórias em que operam.

O campo semântico do termo diplomacia cultural se ampliou consideravelmente ao longo dos anos. Agora se aplica a

praticamente qualquer prática relacionada à cooperação cultural intencional entre nações ou grupos de nações. No processo, o termo flutuou um pouco para longe de suas amarras semânticas originais (BARBA, 2015, p. 22).

Embora países como a França tenham usado o termo desde o final do século XIX, a diplomacia cultural entrou em linguagem comum na maioria dos outros países apenas na década de 1990. Foi originalmente usado para se referir aos processos que ocorrem quando diplomatas servindo governos nacionais recorreram a intercâmbios e fluxos culturais ou procuraram canalizá-los para o avanço de seus interesses nacionais percebidos. Mas logo foi expandido para 'a troca de ideias, informações, arte e outros aspectos da cultura entre as nações e seus povos, a fim de promover o entendimento mútuo'.

Na verdade, o entendimento mútuo é apenas algumas vezes o objetivo. "Os verdadeiros protagonistas da diplomacia cultural nunca são 'nações' abstratas ou 'povos' generalizados. Os agentes governamentais e enviados são" (BARBA, 2015, p. 23). Em outras palavras, a diplomacia cultural é uma prática governamental que opera em nome de um *ethos* claramente definido de representação nacional ou local, em um espaço onde nacionalismo e internacionalismo se fundem.

No entanto, como o culturalismo reinante da época atual tornou o termo cada vez mais atraente, o âmbito da diplomacia cultural se ampliou consideravelmente, passando-se a perceber o termo diplomacia cultural como uma substituição parcial ou total de muitas noções usadas anteriormente, como relações culturais estrangeiras, relações culturais internacionais, intercâmbio cultural internacional ou cooperação cultural internacional.

Soft power foi cunhado por Joseph Nye em 1990. Desde então, ele tomou as relações internacionais e a diplomacia pública como uma tempestade, muitas vezes de maneiras muito distantes do que seu inventor havia imaginado. Nye (1990) distinguiu entre o poder de comando - incentivos econômicos e força militar - que os Estados Unidos da América possuíam em ampla medida e o poder cooptivo ou 'suave' de 'fazer com que os outros queiram o que você quer'. A atração pelas próprias ideias ou a capacidade de definir a agenda política de forma a moldar as preferências que os outros são levados a expressar. Como Nye observou,

Líderes políticos e filósofos há muito compreenderam o poder que advém de definir a agenda e determinar a estrutura de um debate. A capacidade de estabelecer preferências tende a estar associada a recursos intangíveis de poder, como cultura, ideologia e instituições. (NYE, 1990, p. 32).

O poder suave que Nye estava defendendo que os EUA implantassem ao lado, e não em vez de seu poder duro era o apelo universal de sua cultura popular, incorporado em bens e serviços culturais, bem como a influência internacional do que ele chamou de 'abertura étnica' de seu modo de vida, ou o apelo político dos valores americanos de democracia e direitos humanos.

Em outras palavras, o *soft power* que um país pode projetar não é simplesmente uma questão de cultura, mas repousa também em 'seus valores políticos e em suas políticas externas. Embora a literatura de política cultural apresente uma série de descrições funcionalistas dos aparatos e discursos governamentais implantados em nome da cultura como *soft power*, quase não houve análise da polissemia do termo ou de suas implicações.

Barba (2015) destaca como o *soft power* é uma articulação peculiarmente americana: impulsionado pelo grande volume de bens e serviços culturais que os Estados Unidos exportam globalmente, o conceito promete influência como uma espécie de implantação neoliberal baseada no alcance global da cultura de influência americana consumo.

Um ponto que passou despercebido na maioria dos escritos sobre o *soft power* é que a atratividade cultural per se não é o *soft power* por si só. Pode ser um recurso de *soft power*, desde que seja implantado para atingir objetivos políticos claramente definidos sob uma estratégia bem pensada. Não se destina a substituir o poder "duro", mas sim a complementá-lo. Nem pode haver algo como um Estado ou entidade supranacional que se define como "um poder brando", mas esta estranha noção é, no entanto, às vezes implantada (BARBA, 2015, p. 5).

No curso de sua expansão discursiva, a diplomacia cultural também foi atrelada à causa da diplomacia pública, defendida como uma forma de diplomacia mais voltada para o cidadão do que o modelo padrão, cujos objetivos não são mais outros governos, mas sim diversos governos nacionais e audiências e públicos

globais. É cada vez mais entendido como um processo transnacional que pode ser engajado não apenas por governos e suas agências, mas também pela sociedade civil e / ou partes interessadas do setor privado, uma forma de diálogo intercultural baseada na mutualidade e na escuta recíproca. Segundo Barba (2015, p. 6),

este termo também é de cunhagem americana, e foi lançado em 1965 por Edmund Gullion, Reitor da Escola de Direito e Diplomacia Fletcher da Universidade Tufts (e fundador do Centro de Diplomacia Pública Edward R. Murrow que seria criado lá) para, aparentemente, superar as conotações negativas associadas com a palavra propaganda.

No século atual, ele se tornou firmemente ancorado no discurso público dos Estados Unidos e se espalhou pela Europa e além. Como a diplomacia cultural, a prática da diplomacia pública foi gradualmente assumida por ramos do governo que não os ministérios das Relações Exteriores e foi implantada a serviço de objetivos como a marca nacional e promoção de portfólio. Ao mesmo tempo, a diplomacia cultural é agora frequentemente entendida como uma forma ou dimensão particular da diplomacia pública, como resultado da qual a distinção entre as duas tornou-se bastante confusa.

O cenário da diplomacia cultural que emerge de todas as contribuições abrange uma gama complexa e às vezes contraditória de práticas, nas quais objetivos, técnicas de entrega e impactos e efeitos presumidos estão frequentemente desalinhados. Neste cenário, o escopo do que é visto como diplomacia cultural pode ser muito amplo, envolvendo muitas formas de reconhecimento cultural entre nações e culturas, muitas, mas não todas, mediadas de alguma forma por Estados, propenso a afirmações ambíguas e exageradas, como sua capacidade de administrar o ambiente internacional.

No geral, então, nos deparamos com um terreno um tanto confuso, repleto de uma incompatibilidade entre a retórica exagerada e a realidade prática. A contradição central por trás desse descompasso pode ser resumida da seguinte forma: por um lado, a diplomacia cultural deve promover o interesse nacional ao apresentar a nação da melhor maneira possível ao resto do mundo; por outro lado, espera-se (principalmente por atores não estatais) a promoção de uma ordem internacional mais harmoniosa em benefício de todos (KISSINGER, 2012, p. 223).

Esse entendimento contraditório repousa sobre a tendência amplamente difundida, nos discursos atuais, de omitir a localização institucional fundamental da diplomacia cultural dentro da máquina de governo e, portanto, as restrições inevitáveis que lhe são impostas em termos dos interesses a que se destina. Conforme observado acima, essa elisão decorre da ambiguidade nas maneiras pelas quais a diplomacia cultural é confundida com a noção mais ampla de ICR.

Embora a distinção entre as duas deva permanecer analiticamente importante, a tendência generalizada de fundir relações culturais e diplomacia cultural é um indicador significativo da incerteza, não apenas sobre o que a diplomacia cultural é ou deveria ser, mas sobre o que ela pode alcançar.

Não se trata de referência ao 'interesse nacional' de forma alguma, e parece sugerir que o trabalho da diplomacia cultural, embora iniciado por governos, é capaz de ir além de qualquer interesse nacional partidário, promovendo o entendimento mútuo, o que presumivelmente é de interesse comum (MENDÉZ-COTO, 2016, p. 87).

No entanto, é razoável supor que haja uma tensão entre o interesse nacional e o interesse comum. Já que essa tensão não pode simplesmente ser varrida para baixo do tapete, deve haver alguma forma de reconciliação, ser do interesse nacional e ir além do interesse nacional.

3. A LINGUEM E A DIPLOMACIA CULTURAL

A linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas a própria essência da diplomacia. Diplomatas se envolvem em negociações, persuasão, apresentação e comunicação, todos os quais requerem habilidades linguísticas para a realização eficaz do trabalho diplomático. Tanto a linguagem escrita quanto a falada requerem o domínio de conceitos e habilidades e precisam considerar a mensagem e o contexto.

Martins, Mata e Silva (2014) destacam que a linguagem também pode servir como forma de ação: quando alertamos, ameaçamos, prometemos, sugerimos, concordamos, aconselhamos ou não, estamos fazendo algo, e não apenas dizendo algo. O papel do não dito na comunicação (o silêncio significativo) é igualmente crucial.

A linguagem é tão importante atualmente quanto foi para os primeiros enviados e negociadores. Hoje, a tecnologia está continuamente moldando certos aspectos da linguagem e da diplomacia, com a introdução de novas ferramentas de comunicação e interpretação, novas maneiras de capturar e preservar documentos diplomáticos e métodos que facilitam as negociações online. Apesar das mudanças, as questões centrais continuam sendo fundamentais para a prática da diplomacia.

Os estudos de diplomacia geralmente se concentram na mensagem, e não nos meios. No entanto, o exame do uso da linguagem na diplomacia pode levar a um melhor entendimento de como a diplomacia funciona e por que alguns processos diplomáticos são mais bem-sucedidos do que outros (MARTINS; MATA; SILVA, 2014, p. 136).

Por meio de atenção cuidadosa e crítica a vários aspectos da linguagem diplomática, pode haver melhora da compreensão das mensagens explícitas e implícitas que os líderes mundiais e outras figuras políticas enviam, e melhorar a capacidade humana de comunicar de maneira mais eficaz e apropriada. A relação da diplomacia cultural com a linguagem parece à primeira vista ser facilmente aparente e sem problemas. As estratégias de diplomacia cultural invariavelmente incluem uma forte ênfase no ensino da língua principal do país em questão para públicos-alvo; é fundamental, por exemplo, para as missões do *British Council* e dos Institutos Confúcio da China.

Segundo o senso comum, o conhecimento dessa língua oferece a quem a aprende acesso à capital cultural que o país que ministra nela investe. A diplomacia cultural é, portanto, concebida como um processo transacional: a projeção bem-sucedida da cultura e dos valores de um país dá a ele "poder brando" (o conceito mais amplo com o qual a diplomacia cultural é frequentemente confundida) sobre os destinatários dessa estratégia (MARTINS; MATA; SILVA, 2014, 138).

Esses destinatários ganham os benefícios recíprocos conferidos pelo domínio da língua do país transmissor que, em uma espiral virtuosa, consolida ainda mais a aprovação do público dos valores transmitidos e da imagem projetada pelo país. Além disso, a linguagem é a chave para a identidade; ao aprender a língua principal de outro estado, tem-se certeza de que o mundo começa a ser visto de seu ponto de vista e a apreciar melhor sua cultura, sua política interna e suas posições sobre assuntos externos - uma atitude que remonta aos pressupostos do século 19 de que as línguas refletem a constituição psicológica das nações às quais estão vinculadas.

Não raro, além disso, a posição das línguas oficiais do estado é ameaçada por pretendentes rivais (a posição ainda precária do galês no País de Gales dominado pelo inglês, e a do inglês em relação à crescente força do espanhol nos EUA), minando ainda mais a mítica correspondência de nação para língua e missões de diplomacia cultural que promovem uma língua ou uma identidade nacional única (MCGINN, 2015, p. 10).

Como os exemplos atestam, a prática da diplomacia cultural frequentemente coincide com o poder imperial, passado e presente. Seja por meio de antigos laços coloniais ou de suas posições como destinos atraentes para os migrantes, esses centros de antigos Estados imperiais são agora, no entanto, inconfundivelmente multilíngues.

No que diz respeito à conexão entre língua, cultura e diplomacia, Oliveira (2017) destaca que a linguagem sempre carrega significados e referências além de si mesma: os significados de uma determinada linguagem representam a cultura de um determinado grupo social. Interagir com uma língua significa fazê-lo com a cultura que é seu ponto de referência. Não seria possível entender uma cultura sem ter acesso direto à sua linguagem por causa de sua conexão íntima.

Nesse mesmo aspecto, estando interconectados a língua e a cultura, a diplomacia cultural utiliza conteúdo cultural em sua programação, mas adota uma

abordagem de 'defesa' para apoiar os objetivos das políticas e promover os interesses nacionais. As relações culturais diferem da diplomacia cultural em cada um desses.

No discurso oficial, isso pode ser percebido como uma ameaça à coesão social e à língua principal com a qual os migrantes são exortados a substituir suas línguas nativas. Por outro lado, os Estados-nação pós-coloniais começam a limitar o status da língua de seus antigos senhores imperiais. Canais não oficiais, por outro lado, são mais propensos a reconhecer a diversidade linguística trazida pela migração como um enriquecimento da identidade da nação receptora e um ativo que os outros precisam querer.

A diferença de idioma pode até fornecer o foco para formas de comunhão global que fogem completamente das nações (organizações de tradução dedicadas a facilitar os laços entre ativistas cidadãos). Isso não apenas levanta questões sobre se as missões de diplomacia cultural são mais bem atribuídas a atores estatais, subestatais ou não estatais. Também aprofunda a reflexão sobre o que exatamente é diplomacia cultural: uma atividade realizada por ou em nome dos Estados; uma forma de construção da nação além das fronteiras nacionais que pode contradizer os interesses do Estado; ou um modo ainda mais complexo de intercâmbio intercultural no qual nações e estados são substituídos por comunidades menores (ou maiores) de todas as variedades que buscam se promover para outros grupos ou consolidar suas próprias identidades (MENDÉZ-COTO, 2015, p. 83).

Finalmente, mesmo os proponentes da diplomacia cultural em seu entendimento convencional devem confrontar o fato de que a própria universalidade de línguas como o inglês, que as torna uma ferramenta poderosa de *soft power*, diminui o valor atribuído ao aprendizado de línguas, e a diferença linguística, dentro dos Estados em que prevalecer. Isso, por sua vez, tem consequências negativas para os diplomatas, dessensibilizando-os sobre como suas estratégias funcionam com o público-alvo, privando-os do fornecimento constante de linguistas locais necessários para avaliar essas estratégias e da plena apreciação dos fatores contextuais que permitem para calibrar para as condições locais.

3.1. A escolha de um idioma no mundo diplomático

Cinco relações dinâmicas entre linguagem e poder na comunicação surgiram de estudos críticos da linguagem, sociolinguística, análise da conversação e da psicologia social da linguagem e da comunicação. Duas delas são os poderes preexistentes por trás da linguagem que ela revela e reflete, transferindo assim os poderes extralinguísticos para o contexto da comunicação. Esses poderes existem tanto no nível micro quanto no macro.

No nível micro, o poder por trás da linguagem é a posse de uma arma pelo falante, dinheiro, status social elevado ou outras qualidades pessoais atraentes - revelando-as em uma linguagem convincente, o falante influencia o ouvinte. No nível macro, o poder por trás da linguagem é o poder coletivo (vitalidade etnolinguística) das comunidades que falam a língua. O domínio do inglês como língua global e língua franca internacional, por exemplo, tem menos a ver com sua qualidade linguística e mais a ver com a vitalidade etnolinguística dos falantes de inglês em todo o mundo que ele reflete (OURIVEIS, 2013, p. 25).

As outras três relações de poder de linguagem referem-se aos poderes da linguagem que são baseados na versatilidade comunicativa de uma linguagem e sua ampla gama de funções cognitivas, comunicativas, sociais e de identidade na construção de significado, interação social e políticas de linguagem, conforme destacado por Ouriveis (2013).

Esses poderes da linguagem incluem, em primeiro lugar, o poder da linguagem de manter o domínio existente em discursos legais, sexistas, racistas e etários que favorecem determinados grupos de usuários da linguagem em detrimento de outros. Outro poder da linguagem é seu imenso impacto na unidade e discórdia nacional. O terceiro poder da linguagem é sua capacidade de criar influência por meio de palavras isoladas (por exemplo, metáforas), oratórios, conversas e narrativas em campanhas políticas, surgimento de líderes, narrativas terroristas e assim por diante.

O termo 'linguagem da diplomacia' obviamente pode ser interpretado de várias maneiras. Nesse sentido, o uso da linguagem na diplomacia é de grande importância, visto que a linguagem não é uma simples ferramenta, veículo de transmissão de pensamentos, ou instrumento de comunicação, mas muitas vezes a própria essência da vocação diplomática, e isso tem sido assim desde o início da profissão diplomática. "É por isso que, desde os primeiros tempos, os primeiros enviados dos faraós

egípcios, legados romanos, cônsules medievais de Dubrovnik, etc., tiveram que ser pessoas educadas e treinadas, bem-falantes e políglotas” (GONÇALVES, 2013, p. 15).

Então, no aspecto diplomático, a escolha do idioma é importante. Veja-se primeiro os diferentes aspectos da linguagem diplomática em seu significado básico - o de uma língua. Obviamente, o primeiro problema a resolver é encontrar uma língua comum. Os diplomatas apenas excepcionalmente se encontram na situação de serem capazes de se comunicar em um idioma, comum a todos os participantes. Isso pode ser feito entre, por exemplo, alemães e austríacos, ou portugueses e brasileiros, ou representantes de diferentes países árabes, ou britânicos e americanos, e assim por diante. Não só essas ocasiões são raras, mas muitas vezes há uma séria diferença entre a mesma linguagem usada em um país e outro.

Existem várias maneiras de superar o problema de comunicação entre pessoas que falam diferentes línguas maternas. Nada disso é ideal. Uma solução, obviamente, é que um dos interlocutores fala a língua do outro. Podem surgir problemas: o conhecimento da língua pode não ser adequado, um lado está fazendo uma concessão e o outro tem uma vantagem imediata e significativa, há possíveis implicações políticas, pode ser difícil de aplicar na diplomacia multilateral, etc. possibilidade é que ambos os lados usem uma terceira linguagem neutra (FRANÇA; LUCENA, 2012, p. 168).

Um problema potencial pode ser que nenhum dos lados possua total conhecimento e controle linguístico, levando a possíveis mal-entendidos graves. No entanto, esse método é frequentemente aplicado na prática internacional por causa de suas vantagens políticas. Uma terceira fórmula, usando intérpretes, também é amplamente usada, particularmente na diplomacia multilateral ou para negociações em um nível político muito alto - não apenas por razões de equidade, mas porque políticos e estadistas muitas vezes não falam línguas estrangeiras.

Este método também tem desvantagens: é demorado, caro e às vezes inadequado ou francamente incorreto (mesmo se o tradutor tiver um bom conhecimento de ambas as línguas, ele / ela pode não estar familiarizado com o assunto em particular, que pode ser extremamente específico - de a proteção da camada de ozônio para a homologação de recordes desportivos (FRANÇA; LUCENA, 2012, p. 169).

Finalmente, existe a possibilidade de usar uma linguagem internacional sintética e artificial, como o Esperanto; esta solução teria muitas vantagens, mas

infelizmente não é provável que seja implementada num futuro próximo, principalmente por causa da oposição de fatores que dominam o cenário político internacional - e, portanto, também cultural e linguístico.

Então, qual idioma é a melhor escolha para uso diplomático? A resposta não é nada simples. Para começar, não existe uma única língua franca diplomática que pudesse ser inscrita na frase de efeito acima mencionada. No passado, houve períodos em que um idioma ou outro servia como meio comum e amplamente utilizado de comunicação interestadual, embora geralmente limitado a certas áreas geográficas ou grupos políticos de países.

Tal papel foi desempenhado por Acadian (Asyrian-Babylonian), por literários chineses, pelo grego "koin`e" (uma mistura de dialetos, baseado principalmente em jônico e ático), e mais tarde por grego medieval, depois latim, árabe, turco, e ainda mais tarde por espanhol, português, russo, italiano, holandês, alemão, francês e, recentemente, cada vez mais, por inglês. Muitas vezes foram feitas tentativas de impor uma linguagem ou outra, com a argumentação de que é "mais clara", "mais flexível", "mais expressiva", "mais eloquente, sutil ou refinada", "mais adequada para negociações internacionais", etc. O mero fato de que historicamente tal papel foi revezado por tantas línguas prova que as razões linguísticas ou semânticas não são decisivas (CARVALHO, 2016, p. 179).

Pelo contrário, pode-se dizer que o papel dominante de uma ou outra língua na diplomacia resultou da dominação política, estratégica, econômica, cultural ou outra de uma ou outra potência nas relações internacionais. Considere-se um exemplo muito preciso: os requisitos linguísticos dos diplomatas nas representações permanentes do Conselho da Europa.

Obviamente, os diplomatas precisam primeiro de um bom conhecimento da língua francesa, principalmente se a sua atividade profissional estiver orientada para o meio social, a imprensa, o trabalho consular ou a vida cultural. "Se o diplomata deseja se misturar livremente com outros diplomatas, ele primeiro precisará do inglês, e possivelmente também do alemão e do russo (dependendo das seções do corpo diplomático que eles desejam contatar)" (CARVALHO, 2016, p. 179).

E quando se trata de diplomacia multilateral, esta é ainda mais complicada, inadequada e cara. Várias organizações internacionais e numerosas conferências diplomáticas tentam - com mais ou menos sucesso - resolver o problema linguístico reduzindo as inúmeras possibilidades de intercomunicação a um número

relativamente pequeno de línguas selecionadas - as chamadas línguas oficiais ou de trabalho.

É óbvio que a crescente democratização das relações internacionais resulta, entre outras coisas, de um número cada vez maior de línguas usadas na diplomacia multilateral. Embora a ideia da igualdade soberana de nações e estados, pequenos e grandes, ricos e pobres, não possa ser questionada, o custo astronômico de interpretação em conferências e tradução de uma enorme quantidade de material escrito para organizações internacionais fala muito contra este aspecto da sua implementação na vida prática.

Além disso, o uso da interpretação é lento, impessoal, muitas vezes incorreto e, às vezes, grosseiramente errado. A título de ilustração, poderia ser mencionado um exemplo que diz respeito a nada menos do que o próprio nome das Nações Unidas em diferentes versões linguísticas da "bíblia" da organização mundial - seu estatuto. "Em inglês, francês e espanhol é chamada de "Nações Unidas". Em russo, entretanto, é denominado "Organização das Nações Unidas". Isso foi transferido, provavelmente do russo para o búlgaro (CARVALHO, 2016, p. 180).

3.2. A ascensão da língua inglesa na Diplomacia

A ascensão do inglês na diplomacia começou em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, quando o Tratado de Versalhes foi escrito em inglês e também em francês, a língua dominante usada na diplomacia naquela época. O uso generalizado do inglês foi promovido pelo papel internacional proeminente desempenhado pelas nações de língua inglesa no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, particularmente no estabelecimento e organização das Nações Unidas e o desenvolvimento da Internet.

Ainda segundo Barros (2019), o inglês é uma das seis línguas oficiais da ONU e, junto com o francês, uma de suas duas línguas de trabalho (as outras são árabe, chinês, russo e espanhol), e é a língua franca atual dos negócios internacionais, ciência, tecnologia e aviação.

A tendência moderna de usar o inglês fora dos países de língua inglesa tem várias fontes. Na segunda metade do século 20, seu uso generalizado deveu-se principalmente ao domínio militar, econômico e cultural dos Estados Unidos da América. O inglês também é considerado por alguns como uma língua franca global

não oficial devido ao poder econômico, cultural e geopolítico da maioria das nações ocidentais desenvolvidas nas instituições financeiras e comerciais mundiais. “Como resultado, o status de fato do inglês como língua franca nesses países foi transportado globalmente” (BAPTISTA, 2016, p. 12).

O inglês também é esmagadoramente dominante nas comunicações científicas e tecnológicas, e todas as principais revistas científicas do mundo são publicadas em inglês. Mas em se tratando da história da linguagem diplomática, deve-se entender que

do século XVII ao XX, o francês foi a principal língua das relações internacionais. Nesse contexto, em 1539, Francisco, o Primeiro, aprovou um decreto importante na história da língua francesa: O decreto Villers-Cotterêts decretou que todos os documentos administrativos franceses deveriam ser em francês (GONÇALVES, 2013, p. 22).

Este decreto foi um ponto de viragem crucial na língua francesa, tornando-a uma língua oficial e criando um sentimento de nacionalismo dentro do país. De 1550 ao século 19, quando a França era a principal potência europeia, a língua francesa floresceu e era falada em todo o mundo. Por isso, o francês ficou conhecido como língua da diplomacia e das relações internacionais no século XVII.

O francês foi amplamente utilizado na diplomacia internacional por duas razões principais: primeiro, porque a França costumava ser uma grande potência política, por isso comumente usado em toda a Europa a partir do século 18, com o reinado de Luís XIV. Mais tarde, Napoleão "ajudou" a propagação da língua ainda mais. A segunda razão principal é que é a linguagem da clareza e precisão: ela usa muitos determinantes, advérbios, conjunções e semelhantes para ligar partes de sentenças e esclarecer suas relações. Isso se relaciona muito bem com o fenômeno "foisonnement", ou seja, expansão, na tradução do inglês para o francês, com a tradução francesa sendo em média 15% mais longa do que o texto original.

Entretanto, com o tempo foi necessário encontrar outro idioma que pudesse expressar as necessidades diplomáticas mais claramente. Gonçalves (2013) explica sobre o avanço da língua inglesa nesse aspecto, com o surgimento da América: “O francês em tratados internacionais diminuiu com o surgimento dos EUA após a Primeira Guerra Mundial; na verdade, o Tratado de Versalhes foi escrito em inglês e em francês (GONÇALVES, 2013, p. 13).

Porém, existem certos problemas com a língua inglesa. Segundo Gonçalves (2013), “o inglês é mais propenso a criar ambiguidade e sua concisão pode ser vista como franqueza, o que foi descrito no programa como “o inimigo do discurso educado”” (GONÇALVES, 2013, p. 14). Hoje em dia, apesar de a língua francesa ter perdido muito de seu prestígio, a língua da diplomacia inglesa ainda é assombrada por alguns fantasmas franceses, aqui e ali: regime, golpe, etiqueta, reaproximação e outros.

A língua inglesa alcançou o *status* de língua global, embora muitas outras línguas, como o espanhol, o chinês e o português sejam falados em muitas partes do mundo, e em alguns casos, até mesmo por mais falantes, como no caso do espanhol. No entanto, o que sustenta a língua inglesa é um histórico muito importante, que, de acordo com Crystal (2003):

O atual status mundial do inglês é principalmente o resultado de dois fatores: a expansão do poder colonial britânico, que falou no final do século XIX e o surgimento dos Estados Unidos como a principal potência econômica do século XX. É o último fator que continua a explicar a posição mundial da língua inglesa hoje (para o desconforto de alguns na Grã-Bretanha que consideram a perda da preeminência linguística histórica intragável). Os EUA têm quase 70 por cento de todos os falantes da língua materna inglesa no mundo (excluindo as variedades crioulas). Tal domínio, com suas bases político-econômicas, atualmente dá aos Estados Unidos o controle da forma como a língua provavelmente se desenvolverá (CRYSTAL, 2003, p. 59).

Muitos se perguntam como isso aconteceu, ao que explica Crystal que a expansão da língua inglesa em volta do mundo se deu em três círculos concêntricos, que são o círculo interno, que se refere às bases tradicionais do inglês, onde é o idioma principal, incluindo os EUA, Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia; depois, o círculo externo ou estendido, que envolve as fases anteriores da disseminação do inglês em ambientes não nativos, onde o idioma se tornou parte das principais instituições de um país e funciona como segunda língua, como em Cingapura, Índia, Malawi e mais de cinquenta outros territórios; e o círculo em expansão ou extensão, que envolve aquelas nações que reconhecem a importância do inglês como língua internacional, embora eles não tenham uma história de colonização por membros do círculo interno, nem deram ao inglês qualquer estatuto administrativo especial (CRYSTAL, 2003).

Quadro 1: A expansão da língua inglesa em ciclos concêntricos

Círculo Interno	Círculo Externo	Círculo em Expansão
Refere-se às bases tradicionais do inglês, onde é o idioma principal, incluindo os EUA, Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia	Envolve as fases anteriores da disseminação do inglês em ambientes não nativos, onde o idioma se tornou parte das principais instituições de um país e funciona como segunda língua, como em Cingapura, Índia, Malawi e mais de cinquenta outros territórios	Envolve aquelas nações que reconhecem a importância do inglês como língua internacional, embora eles não tenham uma história de colonização por membros do círculo interno, nem deram ao inglês qualquer estatuto administrativo especial

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Crystal (2003)

É evidente para todos aqueles que dedicaram alguma parte da atenção ao assunto, que a língua inglesa teria, se o devido cuidado fosse dedicado ao seu desenvolvimento, uma excelente chance de se tornar mais universalmente difundida, lida e falada do que qualquer outra agora é, ou sempre foi. Em países europeus o estudo dela se espalhou gradualmente. Em outros países o inglês é considerado um ramo essencial da educação, ou ainda um ramo altamente útil da educação. Completa Crystal:

Na Australásia, não só é amplamente falado, como a única língua europeia conhecida naquele vasto continente, mas também escrito e impresso em um número quase incrível de jornais, revistas e resenhas. Na Ásia, o desejo manifestado de aprendê-lo é tão grande que o bispo Heber pensou que, se as instalações adequadas fossem oferecidas, ele, em cinquenta anos, substituiria o hinduísmo e se tornaria a língua da corte e do acampamento da Índia. Na América, milhões já falam, escrevem e lêem, como sua língua materna. Nunca antes um idioma ansiou por uma perspectiva tão brilhante como esta (CRYSTAL, 2003, p. 75).

Nota-se então, que a língua inglesa se tornou uma grande forma de comunicação em todos os aspectos. Tendo se tornado a língua comercial do mundo, seu alcance é cada vez maior, com mais nações utilizando o idioma para suas negociações, seus congressos, reuniões de todos os tipos. E dessa forma, a língua inglesa também influencia a diplomacia cultural. Certamente que na atualidade, o

Reino Unido não possui mais um império global. Mas uma de suas ex-colônias sem dúvida ultrapassou seu antigo governante como o novo líder mundial.

Muitos teóricos acreditam que os Estados Unidos são considerados um império em termos tradicionais, pois seu enorme poder político, econômico e tecnológico conferiu-lhe um nível de influência semelhante. Não é necessária a conquista física de território ou a imposição intencional do inglês para mudar hábitos linguísticos. As forças da globalização, muitas vezes tendenciosas a favor dos Estados Unidos, estão indiretamente influenciando as pessoas ao redor do mundo a aprender inglês para seu próprio ganho pessoal.

A língua inglesa está presente nos currículos de quase todas as escolas do país, públicas e privadas, do fundamental ao nível médio, nos cursos técnicos das mais diversas áreas, nas escolas de idiomas, obviamente, e principalmente nas universidades, em praticamente todos os cursos de graduação e pós-graduação. Com base em todas as informações apresentadas até aqui, não restam dúvidas quanto à importância deste idioma para a nossa vida diária e, sobretudo, na nossa vida profissional (CUNHA, 2018, p. 62).

A língua inglesa levou um período notavelmente curto para viajar ao redor do mundo. Mas quando uma língua chega a um novo país, não necessariamente chega a ser adotada. Tem que provar seu valor. Mas o inglês se tornou mundial: “Claramente, esta é a língua que está sendo aprendida por mais e mais indivíduos como uma língua adicional, é central para o crescimento econômico global e é a principal língua da cultura de massa em desenvolvimento” (MARTINS; LIMA, 2015, p. 316).

Nos aspectos diplomáticos, o inglês é o idioma mais popular. É a primeira escolha entre as massas e a elite. Além dos 375 milhões de falantes nativos, foi sugerido que 1,1 bilhão de pessoas conhece o inglês como segunda língua ou língua estrangeira, superando os falantes nativos em 3 a 1. 51% dos europeus falam inglês como língua nativa ou estrangeira, segundo Martins e Lima (2015, p. 316).

Com grande tolerância para variações linguísticas, o inglês como uma língua global tornou-se a língua de poder e prestígio e, portanto, um guardião internacional do progresso social e econômico. O domínio atual do inglês como língua mundial é indiscutível. Desempenha um papel oficial ou de trabalho na maioria das organizações internacionais. “O inglês substituiu o francês como língua franca da diplomacia desde a Segunda Guerra Mundial” (BARROS, 2019, p. 12).

No aspecto político do uso da língua inglesa, a política internacional opera em vários níveis e de muitas maneiras diferentes, mas a presença do inglês geralmente não está longe. Um protesto político pode surgir na forma de uma pergunta oficial a um ministro do governo, um lobby pacífico fora de uma embaixada, um motim de rua ou uma bomba.

Quando as câmeras de televisão apresentam o evento para um público mundial, é notável a frequência com que uma mensagem em inglês pode ser vista em um banner ou cartaz como parte da ocasião. Qualquer que seja a língua materna dos manifestantes, eles sabem que sua causa terá o máximo impacto se for expressa por meio do inglês.

Um exemplo famoso disso ocorreu há alguns anos na Índia, onde uma marcha apoiando o hindi e o inglês adversário foi vista na televisão mundial: a maioria das faixas era em hindi, mas um astuto manifestante carregava uma placa proeminente que dizia "Death to English" (Morte ao inglês) - permitindo assim que a voz de seu grupo alcance muito mais ao redor do mundo do que seria possível de outra forma (CRYSTAL, 2003, p. 107).

Na mídia, a língua inglesa também exerce grande influência, pois tem sido um importante meio de imprensa por quase 400 anos. Já nas primeiras décadas do século XVII, vários países europeus estavam publicando jornais rudimentares, mas a censura, a tributação, as guerras e outras restrições permitiam pouco crescimento. O progresso foi muito maior na Grã-Bretanha, embora mesmo naquele país os períodos de censura tenham limitado muito o conteúdo dos jornais até o final do século. Segundo Owolab e Nnaji (2013, p. 22),

O Weekly News começou a aparecer (irregularmente) a partir de 1622; a London Gazette em 1666; e Lloyd's News em 1696, fornecendo notícias gerais, bem como informações sobre frete. Desenvolvimentos americanos, começando um pouco mais tarde, incluíram o Boston News-Letter (1704), The New-York Gazette (1725) e o New York City Daily Advertiser (1785). O início do século XVIII na Grã-Bretanha viu a ascensão e queda de The Tatler (1709) e The Spectator (1711), enquanto o fim trouxe a chegada de The Times (1788) e The Observer (1791).

O século XIX foi o período de maior progresso, graças à introdução de novas tecnologias de impressão e novos métodos de produção e transporte em massa. Também assistiu ao desenvolvimento de uma imprensa mais independente,

fomentada principalmente nos Estados Unidos, onde havia cerca de 400 jornais diários em 1850 e quase 2.000 na virada do século. A censura e outras restrições continuaram na Europa Continental durante as primeiras décadas, no entanto, o que significou que o fornecimento de notícias populares em outros idiomas além do inglês se desenvolveu muito mais lentamente, segundo destacam Owolab e Nnaji (2013).

Na área de propaganda, Lin e Wang (2016) apontam que o inglês na publicidade começou muito cedo, quando os jornais começaram a publicar artigos sobre livros, remédios, chá e outros produtos domésticos. Destacam ainda que um suplemento publicitário apareceu no *London Gazette* em 1666, e dentro de um século os anúncios haviam crescido tanto em número quanto em estilo.

E então, a língua inglesa passou a exercer influência sobre todos os campos, entre os quais podemos mencionar as transmissões de rádio, o cinema, na música popular, chegando até mesmo ao aspecto cultural apresentado pelos cursos de língua inglesa que existem no mundo inteiro, que, além do ensino do idioma propriamente dito, ensina aspectos culturais de cada país. Acredita-se ser difícil não reconhecer que a língua inglesa exerce influência na diplomacia cultural do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como Objetivo Geral apontar para o modo em que a língua inglesa afeta a diplomacia e suas diversas formas existentes no mundo inteiro. Destacou-se aqui o que é a diplomacia e como ela atua na comunicação mundial. Abordou-se a busca pelo poder e definiu-se a diferença entre *soft power*, *hard power* e *smart power*, e sua relação com a diplomacia, destacou-se a importância da Diplomacia Cultural no cenário moderno e explicou-se de que forma a língua inglesa exerce poder sobre a diplomacia cultural. Aliado a esses objetivos, escolheu-se como problema da pesquisa responder por que a língua inglesa, e não outro idioma detém essa posição de influência na questão da diplomacia cultural.

A pesquisa realizada apresentou informações relativas ao uso da língua inglesa em vários aspectos da diplomacia mundial, com grande enfoque na cultura, um dos aspectos importantes do *soft power*, mas também do *hard power* e do *smart power*. Destacou-se também a utilização do inglês nos tratos entre países, nos meios midiáticos, transmissões diversas, ensinos de idiomas com a cultura atrelada às atividades de aprendizagem.

Embora seja possível afirmar que a língua da Diplomacia é o francês, a língua inglesa une todos os pensamentos, porque mesmo quando uma reunião específica é realizada em outro idioma, o inglês sempre está presente. E trazendo-se a questão para a atualidade, vive-se na época da comunicação social por meio de redes sociais, onde milhões de pessoas se comunicam no idioma original destas redes tais como o Facebook, Instagram, Whatsapp, entre outros.

A língua inglesa representa mais do que apenas um idioma. Representa uma cultura que é divulgada ao mundo inteiro por aqueles que falam o idioma. Representa uma forma de poder sem a qual o mundo não consegue viver, embora alguns digam que outro idioma tomará esse lugar, mas o fato é que nesse século, a língua inglesa ainda exerce uma grande influência em todos os setores, incluindo-se o diplomático, o cultural e social.

Basta que se olhe em volta ao se visitar um *shopping Center* para que se perceba o quanto o inglês exerce influência em aspectos diversos da vida humana. Nomes de lojas, de alimentos, produtos encontrados em diversos pontos de vendas, tudo parece estar na língua inglesa. A música que se escuta todos os dias, as séries

que se assiste na televisão, os filmes que passam no cinema, tudo aponta para a importância da língua inglesa no cenário atual. Por fim, é a língua que une os mundos, tanto no aspecto diplomático quanto no cultural.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 359-393, Apr. 2017.

BAPTISTA, Thales Vargas. **A diplomacia cultural dos Estados Unidos e da França na UNESCO**: fundação e primeiros anos. Universidade Federal do RS. Porto Alegre, 2016, 47 p.

BARBA, Fabiola Rodríguez. Diplomacia cultural. ¿Qué es y qué no es? **Espacios Públicos** v.8 (43), 2015.

_____. Diplomacia Cultural. Una nota exploratoria. **Chroniques des Amériques** Volume 14, número 3, juin 2014.

BARROS, Carlla Cristina de Oliveira. **Diplomacia cultural como instrumento da política externa brasileira**. Porto nacional - TO, 2019.

BARSTON, R.P. **Modern Diplomacy**. 5.ed. Routledge. New York, 2019.

BERTONHA, João Fábio. 2017. "Hard, Soft Ou *Smart power*? Perspectivas Para a Nova política Externa Dos Estados Unidos". Meridiano 47 - **Journal of Global Studies** 10 (104):16-18, 2017. Disponível em:
< <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3592>>. Acesso em: 22 maio 2021.

CARVALHO, Evandro Menezes de. Diplomacia e multilingüismo no Direito Internacional. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 178-195, Dec. 2016.

CRYSTAL, David. **English as a global language**. 2. ed. Published in the United States of America by Cambridge University Press, New York, 2003.

CUNHA, Mário Bastos. Inglês como língua internacional e o curso LEA-NI da UESC: um estudo do livro Market Leader elementary. **Cadernos de aulas do LEA**. n.7, dez. 2018, p. 60-81.

DUMONT, Juliette; FLECHET, Anaïs. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221, June 2014 .

FRANÇA, Luana Araújo; LUCENA, Aline. Sobre o direto à comunicação no mundo globalizado e a esfera linguística da diplomacia atual. **Revista de Geopolítica**, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 163 – 172, jul./dez. 2012.

GONÇALVES, Mónica Sofia Ferraz. **Multilinguismo**. A importância dos institutos de línguas estrangeiras na definição da Diplomacia Pública. Universidade de Évora. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, 2013.

ISSHIKI, Jaqueline Naomy; MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. *Soft power* como Estratégia de Marketing: a manifestação da cultura pop japonesa no Brasil. **Estudos Japoneses**, n. 36, p. 59-70, 2016.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Trad. Saul F. Geffer e Anne Mary Fighiera Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAFER, Sérgio. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**. Pensamento e ação. Volume 1. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Brasília, 2018.

LEBRUN, Gérard. **O que é Poder?** Editora e livraria Brasiliense. São Paulo, 2017.

LIN, Ying-Ching; WANG, Kai-Yu. Language Choice in Advertising for Multinational Corporations and Local Firms: A Reinquiry Focusing on Monolinguals. **Journal of Advertising**, v. 45, n 1, 2016.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O jogo tridimensional: o *hard power*, o *soft power* e a interdependência complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, vol. 5 n. 1, jan./abr., 2016, p. 65-80.

MARTINS, Margarida Alves; MATA, Lourdes; SILVA, Cristina. Conceptualizações sobre linguagem escrita - Percursos de investigação. **Revista Análise Psicológica**, v.2, 32, 2014, p. 135-143.

MARTINS, Tainá Almeida Alves; LIMA, Diógenes Cândido. Ideologia e Ensino de Língua Inglesa: relações e implicações. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 18/2, p. 303-325, dez. 2015.

MENDÉZ-COTO, Marco Vinicio. Diplomacia pública y marca-país en las Américas. Un acercamiento a las experiencias de Brasil, México y Perú. **Temas de Nuestra América**. Vol. 32 Núm. 59, 2016.

OLIVEIRA, Cristiane Marques. **Estrutura e Dinâmicas Estratégicas da Diplomacia Cultural Brasileira Contemporânea**. Editora Âncora, 1.^a edição: julho 2020.

OURIVEIS, Maíra. *Soft power* e indústria cultural: a política externa norte-americana presente no cotidiano do indivíduo. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**. Edição N°4 Vol. II, 2013.

OWOLAB, Dare; NNAJI, Charles Ikechukwu. The English Language and the Mass Media as Tools for Sustainable Development in Multilingual Nations, **International Journal of Language and Linguistics**. Vol. 1, No. 4, 2013, pp. 124-130.

SANTOS, Ana Cristina Leitão. **Branding de países e atração de investimento direto estrangeiro: o papel do *soft power***. Dissertação (mestrado) em Marketing School of Economics and Management Lisbon. Lisboa, setembro de 2013.

SHAH, S.K. India and China: The Battle between Soft and *Hard power*. **Alpha Editions**, 2015.